



PARECER PRÉVIO Nº 4/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10979/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Silves
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsáveis:** FRANROSSI DE OLIVEIRA LIRA (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6541/2016-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Silves. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais da Prefeitura de Silva, de responsabilidade do Sr. Franrossi de Oliveira Lira, Prefeito e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2014, nos termos do inciso I do art. 1º da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de grave infração à norma legal (irregularidades 1, 2, 3 e 9 da notificação nº 3/2015; 9, 10 e 11 da notificação nº 252/2015 e notificação 1.4.1, 4.3.2 e 4.3.3 da notificação nº 1/2015) e de dano ao erário (irregularidades 3.2.11.2, 2.12 e 1.4.4).

- 10- **Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 31 de Janeiro de 2017
- 12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 12.1. **Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.
- 13- **Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº4/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JULIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº4/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10979/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Silves
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsáveis:** FRANROSSI DE OLIVEIRA LIRA (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6541/2016-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Silves. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Comunicação. Encaminhamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. Franrossi de Oliveira Lira, responsável pela Prefeitura de Silves e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2014, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea “c” e “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de grave infração à norma legal (irregularidades 1, 2, 3 e 9 da notificação nº 3/2015; 9, 10 e 11 da notificação nº 252/2015 e notificação 1.4.1, 4.3.2 e 4.3.3 da notificação nº 1/2015) e de dano ao erário (irregularidades 3.2.11.2, 2.12 e 1.4.4);
- 9.2. **Considerar em Alcance** o Sr. Franrossi de Oliveira Lira no valor de 3.484,45, que deve ser recolhido na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Silves, nos termos do inciso III do art. 304 do RI-TCE/AM, em razão da não execução dos seguintes itens: lavatório em louça com coluna, passarela e basculante de ferro (irregularidades 3.2.11.2, 2.12 e 1.4.4). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, a contar do ofício de comunicação da Decisão, devendo o Responsável comprovar, perante este Tribunal, o recolhimento aos



ACÓRDÃO Nº4/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

cofres do Tesouro do Município de Silves, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei estadual nº 2.423/96, corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei estadual nº 2.423/96);

9.3. Aplicar Multa ao Sr. Franrossi de Oliveira Lira no valor de 8.768,25, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, em razão de graves infrações a normas legais (irregularidades 1, 2, 3 e 9 da notificação nº 3/2015; 9, 10 e 11 da notificação nº 252/2015 e notificação nº 1.4.1, 4.3.2 e 4.3.3 da notificação nº 1/2015), nos termos do inciso VI do art. 308 do R/TCE-AM. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei estadual nº 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução nº 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei estadual nº 2.423/96);

9.4. Determinar à Prefeitura Municipal de Silves, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- a) se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, deverá promover, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias (art. 9º da LRF);
- b) observe os requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, quais sejam: instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação (art.11 da LRF);
- c) envie de forma tempestiva os relatórios resumidos da execução orçamentária e os relatórios de gestão fiscal, bem como publique-os dentro do prazo legal Resolução nº 24/2013-TCE/AM, c/c alínea “g” do inciso II do art.32 da Lei estadual nº 2.423/96-TCE/AM);
- d) mantenha o portal da transparência atualizado (art.48 da LRF);



ACÓRDÃO Nº4/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- e) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e atender aos demais dispositivos do art.14 da LRF;
- f) realize concurso público para cargo de procurador do município, nos termos do inciso II do art.37 da CF/88;
- g) realize levantamento e/ou cálculos que evidenciem que os dispêndios com a cobrança são maiores que os valores inscritos com dívida ativa, nos termos do inciso II do §3º do art. 14 da LRF, bem como faça a publicação da devida baixa dos valores da dívida ativa;
- h) adeque os pagamentos dos profissionais da saúde aos valores fixados em lei, e em eventual novo pagamento de abono a profissionais do magistério que esteja previsto em lei de forma clara e objetiva os critérios a serem observados para pagamento, nos termos do princípio da legalidade;
- i) observe que apenas até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados até o 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional (art. 21 da Lei 11.494/2007);
- j) observe na contabilidade o quesito da **compreensibilidade** que, segundo a NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade, *as informações apresentadas nas demonstrações contábeis devem ser entendidas pelos usuários* (tópico 4, “b”), bem como da **uniformidade**, previsto na mesma norma contábil, no sentido de que os *registros contábeis e as informações devem observar critérios padronizados e contínuos de identificação, classificação, mensuração, avaliação e evidenciação, de modo que fiquem compatíveis, mesmo que geradas por diferentes entidades* (tópico 3.2 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público; art. 19 da Resolução TCE/AM nº 15/2013);
- k) apresente, no Balanço Financeiro, os ingressos/dispêndios vinculados apartados dos ingressos/dispêndios próprios, conforme disciplina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor



ACÓRDÃO Nº4/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

Público (tópico 3.2 da Parte V), c/c o art. 19 da Resolução TCE/AM nº 15/2013;

- l) passe a incorporar na contabilidade o registro dos atos potenciais ativos e passivos na estrutura do Balanço Patrimonial – 2014, conforme exige o tópico 4.1 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, cumprindo os requisitos da *Integridade* dos registros contábeis (os registros contábeis e as informações apresentadas devem reconhecer os fenômenos patrimoniais em sua totalidade, não podendo ser omitidas quaisquer partes do fato gerador) e da *Visibilidade* (os registros e as informações contábeis devem ser disponibilizados para a sociedade e expressar, com transparência, o resultado da gestão e a situação patrimonial da entidade do setor público) previstos, respectivamente, no tópico 4, itens “f” e “m”, da NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade;
- m) proceda ao cálculo das cotas de depreciação anuais, conforme exigido no tópico 5.5 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, c/c a NBC T 16.9 do Conselho Federal de Contabilidade, observando o requisito da *Fidedignidade* dos registros e das informações contábeis (tópico 4, item “d”, da NBC T 16.5) no sentido de que tais elementos *devem representar fielmente o fenômeno contábil que lhes deu origem* (tópico 5.5 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público; tópico 4, item “d”, da NBC T 16.5 e da NBC T 16.9 do Conselho Federal de Contabilidade);
- n) registre os seus softwares (ativo intangível), a fim de se comprometer com o requisito da *fidedignidade* dos registros e das informações contábeis, no sentido de que tais elementos *devem representar fielmente o fenômeno contábil que lhes deu origem* (tópico 6 da Parte II do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público; tópico 4, item “d”, da NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade);
- o) adote Notas Explicativas na divulgação de seus balanços públicos, pois são fundamentais para complementar as informações descritas nos demonstrativos contábeis, além de permitir a comparação dos dados entre entidades públicas, tais como questões relacionadas à reavaliação de ativos e ao cálculo de quotas de depreciação/amortização de bens tangíveis e intangíveis (tópico 8 da Parte V do Manual de Contabilidade



ACÓRDÃO Nº4/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

Aplicado ao Setor Público);

- p) cumpra os quesitos da comparabilidade, compreensibilidade e confiabilidade da informação contábil no setor público previstas no tópico 4 da NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade;
- q) nomeie o fiscal do contrato para cada termo firmado de prestação de serviços e obras, nos termos do art. 67, da Lei federal nº 8.666/93, e instrua os processos de contratos com todos os documentos requisitados pela legislação, com fins de imprimir transparência, celeridade às análises processuais e não obstruir a inspeção deste Tribunal;
- r) mantenha a contabilidade, com todas as informações necessárias, de forma tempestiva, incluindo todas os dados contábeis daqueles que estão sob o Poder Executivo, a fim de atender ao princípio da oportunidade;
- s) mantenha todos os documentos na sede da Prefeitura, nos termos do Ofício Circular nº 2/96 e a Decisão nº 163/2007, sob pena de ter todas as despesas glosadas; e
- t) observe, por último, que a reincidência do agente responsável no cumprimento destas determinações acarretará o julgamento das suas respectivas Contas irregulares, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

9.5. Comunicar à próxima Comissão de Inspeção - Dicami que, em relação às contas de 2015, verifique a regularidade da execução da quantia de R\$22.119,52, conforme documento de fls. 1323;

9.6. Encaminhar os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

10- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2017



ACÓRDÃO Nº4/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 12.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.
- 13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral